EDITAL - SUBDPGF/GABSUBDPGF - Nº 01, DE 13 DE OUTUBRO DE 2026.

Chamamento de Defensoras e Defensores Públicos Federais interessados em integrar as Bancas Examinadoras do VII Concurso Público para o cargo de Defensor/a Público/a Federal da Segunda Categoria da carreira de Defensor/a Público/a Federal, a fim de subsidiar a escolha pelo Conselho Superior da Defensoria Pública da União (arts. 8º e 9º da Resolução CSDPU nº 255/2026).

O **SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL**, no exercício da condução do VII Concurso Público para o cargo de Defensor/a Público/a Federal da Segunda Categoria da carreira de Defensor/a Público/a Federal, delegada pela Portaria GABDPGF DPGU nº 1.434, de 25 de setembro de 2026, e com fundamento nos arts. 3º, § 6º, 7º, 8º, 9º, 10, § 1º, inc. VI, e 32, parágrafo único, da Resolução CSDPU nº 255, de 18 de junho de 2026, **TORNA PÚBLICO** o presente chamamento, nos seguintes termos:

1. DO OBJETO E DA NATUREZA DO CHAMAMENTO

1.1 Este Edital convoca as Defensoras e os Defensores Públicos Federais, que preencham os requisitos do item 4 a seguir, para manifestarem interesse em integrar, como titulares, presidentes ou suplentes, uma das 4 (quatro) Bancas Examinadoras do VII Concurso Público para o cargo de Defensor/a Público/a Federal da Segunda Categoria da carreira de Defensor/a Público/a Federal, regido pela Resolução CSDPU nº 255, de 18 de junho de 2026.

1.2 A escolha dos integrantes das Bancas Examinadoras é atribuição privativa do Conselho Superior da Defensoria Pública da União (art. 9º, *caput*, da Resolução CSDPU nº 255/2026, e art. 1º, parágrafo único, da Portaria GABDPGF DPGU nº 1.434/2026), ao qual cabe também indicar o/a Presidente de cada Banca e 2 (dois/duas) suplentes por Banca.

1.3 A manifestação de interesse não gera direito à designação nem expectativa de direito. O Conselho Superior poderá, mediante decisão motivada, escolher Defensoras e Defensores Públicos Federais que não se tenham manifestado, quando indispensável para assegurar a paridade de gênero, a diversidade racial ou a cobertura das disciplinas de cada Banca.

1.4 A composição das Bancas Examinadoras, com os respectivos suplentes, constará do edital de abertura do concurso.

2. DAS BANCAS EXAMINADORAS

2.1 Para a prova objetiva, as provas dissertativas escritas e as provas orais serão 4 (quatro) as Bancas Examinadoras, cada uma responsável por um grupo de disciplinas, nos termos do art. 8º da Resolução CSDPU nº 255/2026:

Banca	Disciplinas
I	Direito Civil, Direito Processual Civil, Direito do Consumidor, Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho e Tutela Processual Coletiva.
II	Direito Penal e Criminologia, Direito Processual Penal, Direito Penal Militar, Direito Processual Penal Militar e Direito Eleitoral.
III	Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Ambiental, Direito Tributário, Direito Previdenciário e de Assistência Social e Princípios Institucionais da Defensoria Pública.
IV	Direitos Humanos, Direito Internacional, Filosofia do Direito, Fundamentos de Sociologia Jurídica, Fundamentos de Ciência Política, Direito das Relações Étnico-Raciais e Antidiscriminatório e Direito das Populações Vulneráveis.

2.2 Cada Banca Examinadora será composta por 4 (quatro) Defensoras e Defensores Públicos Federais titulares, um/a dos/as quais atuará como Presidente, e por 2 (dois/duas) suplentes, totalizando 16 (dezesseis) titulares, dos/as quais 4 (quatro) presidentes, e 8 (oito) suplentes.

2.3 No dia da realização das provas orais, será convocado/a 1 (um/a) suplente para cada Banca, a fim de substituir qualquer titular em caso de eventualidade. As Bancas Examinadoras de cada grupo não poderão ser divididas quando da realização da prova oral.

3. DAS ATRIBUIÇÕES DAS BANCAS EXAMINADORAS

3.1 Compete às Bancas Examinadoras formular as questões, aplicar e elaborar as provas dissertativas escritas e as provas orais, arguir os/as candidatos/as de acordo com o programa da respectiva disciplina, promover a correção das provas, aferir os títulos e julgar os recursos, mediante atribuição de notas, e exercer outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

3.2 A critério da Comissão Organizadora, a elaboração, a correção e o julgamento dos recursos das questões da prova objetiva poderão ser delegados ao prestador de serviço organizador do concurso, hipótese em que as Bancas poderão ser chamadas a apreciar o conteúdo das questões e a instruir parecer para deliberação da Comissão.

3.2.1 O programa detalhado das disciplinas será elaborado pelas Bancas Examinadoras e publicado em regulamento próprio, após homologação pelo Conselho Superior.

3.3 As provas serão elaboradas com observância do art. 3º, § 3º, e dos arts. 34, § 2º, 38, §§ 1º e 2º, e 46, § 2º, da Resolução CSDPU nº 255/2026, priorizando o conhecimento transdisciplinar e humanista e a ótica da prevalência dos direitos humanos e da supremacia da Constituição Federal.

3.4 Os recursos serão julgados por maioria de votos, em sessão pública quando couber, vedado o julgamento monocrático, e da decisão das Bancas Examinadoras não caberá novo recurso à Comissão Organizadora. As provas orais serão prestadas em sessão pública, na presença dos integrantes das Bancas, e registradas em meio audiovisual.

3.5 As provas serão elaboradas e custodiadas sob rigoroso sigilo, respondendo civil, penal e administrativamente os responsáveis por eventual quebra.

4. DOS REQUISITOS PARA A MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

4.1 Poderá manifestar interesse a Defensora ou o Defensor Público Federal que, cumulativamente:

I – integre a carreira em atividade;

II – tenha cumprido o estágio probatório, o que será verificado de ofício junto à Secretaria de Gestão de Pessoas;

III – não incorra em nenhuma das vedações, impedimentos ou causas de suspeição do item 6; e

IV – declare disponibilidade para as atividades descritas no item 3, inclusive para a participação presencial nas provas orais, na Capital Federal, e nas sessões de julgamento de recursos.

4.2 Os requisitos do item 4.1 são condições de elegibilidade. O atendimento a eles não assegura a escolha, que observará os critérios do item 5.

5. DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA

5.1 Atendidos os requisitos do item 4 e ausentes os impedimentos do item 6, o Conselho Superior escolherá os integrantes de cada Banca Examinadora observando os seguintes critérios extraídos do art. 9º da Resolução CSDPU nº 255/2026:

I – paridade de gênero, critério de observância obrigatória, de modo que cada Banca conte, entre os 4 (quatro) titulares, com 2 (duas) mulheres e 2 (dois) homens, salvo impossibilidade devidamente motivada;

II – diversidade racial, critério de observância obrigatória, a ser aferido com base na autodeclaração de cor ou raça do/a interessado/a;

III – titulação acadêmica mínima de mestre, critério preferencial; e

IV – atuação especializada em uma das disciplinas da Banca, critério preferencial, alternativo ao do inciso III.

5.2 A escolha recairá, preferencialmente, sobre quem preencher o critério do inciso III ou do inciso IV do item 5.1, sem prejuízo da observância cumulativa dos critérios dos incs. I e II. Não haverá pontuação nem classificação dos/as interessados/as: a escolha resultará de deliberação fundamentada do Conselho Superior, na forma de seu Regimento Interno.

5.3 Para fins do inc. III do item 5.1, a titulação será comprovada por diploma ou certificado de conclusão em curso reconhecido pelo Ministério da Educação ou, se obtido no exterior, devidamente revalidado.

5.4 Para fins do inciso IV do item 5.1, a atuação especializada será comprovada por documentos idôneos que demonstrem, de forma objetiva, vínculo relevante com a disciplina da Banca pretendida, tais como: atuação em ofício, núcleo, grupo de trabalho, comitê ou câmara de coordenação especializados; magistério superior em instituição de ensino oficial ou reconhecida; publicações jurídicas; participação em bancas examinadoras ou em comissões acadêmicas na área. O Conselho Superior poderá admitir outros meios de prova.

5.5 Os dados de gênero e de cor ou raça são autodeclarados no formulário do Anexo I, constituem dados pessoais sensíveis e serão utilizados exclusivamente para a verificação da paridade de gênero e da diversidade racial, sendo divulgados apenas de forma agregada.

6. DAS VEDAÇÕES, DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

6.1 Aplicam-se aos membros das Bancas Examinadoras os motivos de suspeição e impedimento dos arts. 144 e 145 do Código de Processo Civil, no que couber, entre eles a amizade íntima ou a inimizade com candidato/a ou com seu/sua advogado/a, o recebimento de presentes de pessoa interessada, o aconselhamento a candidato/a quanto ao objeto das provas, a relação de crédito ou débito com candidato/a, com seu cônjuge ou companheiro/a ou com parentes destes em linha reta até o terceiro grau, e o interesse no julgamento em favor de candidato/a.

6.2 Constituem também motivo de impedimento, vedando a participação do/a interessado/a em qualquer Banca:

I – a existência de cônjuge, companheiro ou companheira ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, cuja inscrição haja sido deferida no concurso;

II – o exercício de magistério em cursos preparatórios formais ou informais para concursos públicos para ingresso na Defensoria Pública ou em carreiras jurídicas, até 2 (dois) anos após cessar a referida atividade, contados da publicação do edital de abertura do concurso;

III – a participação societária, como administrador/a ou não, em cursos preparatórios formais ou informais para ingresso na Defensoria Pública, até 2 (dois) anos após cessar a referida atividade, contados da publicação do edital de abertura do concurso;

IV – o parentesco, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, com pessoa que se encontre nas condições descritas no inciso III; e

V – a participação de cônjuge, companheiro ou companheira ou parente seu, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, cuja inscrição haja sido deferida.

6.3 Na fase das provas orais, considera-se também impedido o membro da Banca Examinadora quando arguido servidor/a, estagiário/a, terceirizado/a ou qualquer outro/a colaborador/a vinculado/a diretamente a ele ou a ela, caso em que será substituído/a pelo/a respectivo/a suplente no momento da arguição.

6.4 Os motivos de suspeição e impedimento deverão ser comunicados por escrito ao Subdefensor Público-Geral Federal, até 5 (cinco) dias úteis após a publicação da relação dos/as candidatos/as com inscrição deferida. O/A membro impedido ou suspeito será automaticamente substituído/a pelo/a respectivo/a suplente.

6.5 Publicada a relação nominal dos/as candidatos/as com inscrição preliminar deferida, iniciar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias corridos para a impugnação da participação de membros das Bancas Examinadoras em face das proibições do art. 9º, § 5º.

6.6 O/A interessado/a deve declarar a inexistência das causas dos itens 6.1 e 6.2 no momento da manifestação e comunicar imediatamente qualquer fato superveniente, inclusive após a designação. A declaração falsa ou a omissão de causa conhecida sujeita o/a declarante às responsabilidades administrativa, civil e penal cabíveis e implica a exclusão da Banca.

7. DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

7.1 A manifestação de interesse poderá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados do primeiro dia útil imediatamente seguinte à publicação deste Edital no Diário Oficial da União), através do formulário de manifestação de interesse constante do Anexo I, a ser enviado ao e-mail gabsubdpgf@dpu.def.br.

7.2 A manifestação será instruída com:

I – formulário do Anexo I, preenchido e assinado, no qual constarão a Banca pretendida e, se for o caso, uma segunda opção, em ordem de preferência, as disciplinas de maior afinidade, a disponibilidade para presidir a Banca e a autodeclaração de gênero e de cor ou raça;

II – declaração de inexistência de suspeição, de impedimento e das vedações do item 6, conforme o Anexo II;

III – currículo, preferencialmente na Plataforma Lattes; e

IV – documentos comprobatórios da titulação (item 5.3) ou da atuação especializada (item 5.4), quando o/a interessado/a pretender que o critério seja considerado.

7.3 Cada interessado/a poderá indicar até 2 (duas) Bancas, em ordem de preferência, mas será designado/a para uma só.

7.4 A falta de documento essencial poderá ser suprida no prazo de 3 (três) dias corridos, contados do dia imediatamente seguinte à comunicação do Gabinete do Subdefensor Público-Geral Federal. Findo esse prazo, a manifestação será considerada inadmitida.

7.5 O/A interessado/a poderá retirar a manifestação a qualquer tempo, antes da deliberação do Conselho Superior.

8. DO PROCEDIMENTO

8.1 Encerrado o prazo do item 7.1, será publicada, no Boletim Eletrônico Interno da DPU e no sítio eletrônico da Defensoria Pública da União, a relação das manifestações admitidas e inadmitidas, por nome e Banca pretendida, sem divulgação de dados sensíveis.

8.2 Caberá pedido de correção de erro material ou de reconsideração da inadmissão, dirigido ao Subdefensor Público-Geral Federal, no prazo de 3 (três) dias corridos, contados do dia imediatamente seguinte à publicação da relação.

8.3 Decididos os pedidos, os autos serão encaminhados ao Conselho Superior da Defensoria Pública da União, com quadro-resumo por Banca contendo, quanto a cada interessado/a admitido/a, a Banca pretendida, a titulação, a atuação especializada declarada e os dados agregados de paridade de gênero e de diversidade racial.

8.4 O Conselho Superior deliberará sobre a escolha das 4 (quatro) Bancas Examinadoras, com os respectivos presidentes e suplentes, na sessão ordinário imediatamente seguinte, ou em sessão extraordinária. O ato será publicado e as pessoas escolhidas assinarão termo de aceitação e renovarão a declaração do Anexo II.

9. DA REMUNERAÇÃO

9.1 A participação nas Bancas Examinadoras será remunerada por meio da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC), nos termos do art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (art. 9º, § 11, da Resolução CSDPU nº 255/2026), da Portaria GABDPGF nº 367, de 10 de março de 2017, com as alterações da Portaria nº 1.092, de 4 de dezembro de 2017, e dos Decretos nº 6.114, de 15 de maio de 2007, e nº 9.185, de 1º de novembro de 2017, e alterações supervenientes.

9.2 O valor da gratificação observará os percentuais máximos por hora efetivamente trabalhada, conforme a atividade desempenhada (elaboração de questão de prova, análise crítica de questão, correção de prova discursiva, exame oral e julgamento de recurso), na forma do Anexo I da Portaria GABDPGF nº 367/2017, com a redação da Portaria nº 1.092/2017.

9.3 O pagamento da GECC não poderá exceder o equivalente a 120 (cento e vinte) horas anuais, salvo situação excepcional, devidamente justificada e autorizada pelo Subdefensor Público-Geral Federal, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas anuais.

9.4 O pagamento depende de disponibilidade orçamentária e de autorização prévia do Subdefensor Público-Geral Federal.

9.5 A manifestação de interesse e a designação para integrar as Bancas Examinadoras não asseguram, por si sós, o pagamento da gratificação, que ficará condicionado ao cumprimento dos requisitos deste item e ao efetivo exercício das atividades.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A participação neste chamamento implica o conhecimento e a aceitação das regras da Resolução CSDPU nº 255/2026 e deste Edital.

10.2 Os dados pessoais serão tratados para a finalidade exclusiva de instruir a escolha das Bancas Examinadoras, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

10.3 Os casos omissos serão decididos pelo Subdefensor Público-Geral Federal, *ad referendum* do Conselho Superior da Defensoria Pública da União, com observância da Resolução CSDPU nº 255/2026.

10.4 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, será publicado Boletim Eletrônico Interno da DPU e divulgado por mensagem eletrônica a todas as Defensoras e todos os Defensores Públicos Federais.

HOLDEN MACEDO DA SILVA
Subdefensor Público-Geral Federal

Documento assinado eletronicamente por **Holden Macedo da Silva**, **Subdefensor Publico-Geral Federal**, em 13/10/2026, às 17:25, conforme o §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://www.dpu.def.br/sei/conferir_documento_dpu.html informando o código verificador **9404980** e o código CRC **DDCA7AB7**.

ANEXO - GABSUBDPGF

ANEXO I - EDITAL 01/2026

FORMULÁRIO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

Bancas Examinadoras do VII Concurso Público para Defensora ou Defensor Público Federal de Segunda Categoria

Campo	Preenchimento
Nome completo	
Matrícula	
Categoria e lotação atual	
E-mail institucional e telefone	
Data da entrada em exercício e da conclusão do estágio probatório	
Banca pretendida (1ª opção) – I, II, III ou IV	
Banca pretendida (2ª opção, facultativa)	
Disciplinas de maior afinidade	
Disponível para presidir a Banca? (sim/não)	
Titulação (curso, instituição, ano) – item 5.3	
Atuação especializada (descrição resumida e documentos anexos) – item 5.4	
Autodeclaração de gênero	
Autodeclaração de cor ou raça (preta, parda, branca, amarela ou indígena)	
Declaro disponibilidade para a participação presencial nas provas orais, na Capital Federal, e nas sessões de julgamento de recursos (sim/não)	

Declaro serem verdadeiras as informações prestadas e ciência de que os dados de gênero e de cor ou raça serão utilizados exclusivamente para a verificação da paridade de gênero e da diversidade racial, nos termos do item 5.5 do Edital.

Local e data:

Assinatura (admitida a assinatura eletrônica)

ANEXO - GABSUBDPGF

ANEXO II - EDITAL 01/2026

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÕES, IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO

Eu, _____, Defensor/a Público/a Federal, matrícula nº _____, declaro, sob as penas da lei, para fins do Edital de Chamamento nº ____/2026 – GAB-SUBDPGF (Processo SEI nº 08038.011275/2026-09), que:

I – cumpri o estágio probatório;

II – não exerço, nem exerci nos últimos 2 (dois) anos, magistério em cursos preparatórios formais ou informais para concursos públicos para ingresso na Defensoria Pública ou em carreiras jurídicas;

III – não tenho, nem tive nos últimos 2 (dois) anos, participação societária, como administrador/a ou não, em cursos preparatórios formais ou informais para ingresso na Defensoria Pública, e não tenho parente, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, nessas condições;

IV – não me enquadro nas hipóteses de suspeição e impedimento dos arts. 144 e 145 do Código de Processo Civil, no que couber (art. 9º, § 4º, da Resolução CSDPU nº 255/2026);

V – não tenho conhecimento de que cônjuge, companheiro/a ou parente meu, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, tenha a intenção de se inscrever no VII Concurso Público; e

VI – comprometo-me a comunicar por escrito, de imediato, qualquer fato superveniente que configure causa de suspeição ou impedimento, em especial o deferimento de inscrição de cônjuge, companheiro/a ou parente, no prazo do art. 9º, § 7º, da Resolução CSDPU nº 255/2026, e a guardar sigilo sobre as provas e os atos do certame (art. 61, § 2º).

Local e data:

Assinatura (admitida a assinatura eletrônica)